**David Hume**

**Impressões e ideias**

A teoria do conhecimento de Descartes baseia-se inteiramente na razão. Descartes pensa que as crenças básicas, nas quais se funda todo o conhecimento, em nada dependem dos sentidos. Na verdade, sem as crenças básicas racionais, Descartes pensa que não pode haver justificação para aceitar as impressões dos sentidos. Hume, contudo, tem uma perspetiva inteiramente oposta.

 Hume defende que tudo o que ocorre na nossa mente mais não é do que perceções. No entanto, todos compreendemos a diferença entre sentir e pensar. Essa diferença é explicada porque, segundo Hume, há duas classes de perceções: as **impressões** e as **ideias.**

Sentir é lidar com impressões, as quais tanto podem incluir as nossas sensações externas – sensações auditivas, visuais, olfativas, tácteis e gustativas – como os nossos sentimentos internos – emoções e desejos. Pensar é uma questão de ideias. Quando, por exemplo, recordamos ou imaginamos algo, estamos a lidar com ideias e não diretamente com impressões.

Mas ainda que, quando pensamos, não estejamos a lidar diretamente com as impressões, todas as nossas ideias são cópias das nossas impressões. Não há ideias que não sejam precedidas por impressões, sustenta Hume. Ele defende que a diferença entre as impressões e as ideias reside apenas na sua intensidade e vivacidade: as impressões são mais intensas e vivazes do que as ideias (estas são cópias enfraquecidas daquelas). Por exemplo, quando vemos algo e temos uma impressão de azul (por exemplo o azul do céu), temos uma impressão mais intensa e vivaz do que quando pensamos ou recordamos o azul do céu. Como é natural, a cópia é menos intensa e vivaz do que a impressão que lhe dá origem.

Tudo isto tem implicações óbvias quanto à origem das nossas ideias e ao tipo de conhecimento que podemos alcançar. A origem e o fundamento das nossas ideias e crenças só pode encontrar-se nas nossas impressões.

A tese defendida por David Hume é a seguinte: “Todas as nossas ideias, ou perceções mais fracas, são cópias das nossas impressões ou perceções mais intensas”.

Daqui se conclui a posição de David Hume sobre o problema da origem do conhecimento: é na experiência que se encontra a origem ou fundamento do conhecimento, em resultado das ideias derivarem das impressões. David Hume (à semelhança de John Locke) é empirista. À nascença a nossa mente é uma tábua rasa ou uma folha em branco, que vai ser preenchida a partir dos dados da experiência.

Todo o conteúdo da nossa mente é constituído por ideias e impressões, derivando todo ele, num primeiro momento, da experiência. É uma perspetiva contrária à de Descartes, relembremos a propósito que o filósofo francês defendia a existência de ideias inatas (racionalismo inatista).

Para Hume todo o nosso conhecimento está limitado à experiência. Desta forma, quando ousamos ir além dos dados empíricos, estamos sempre sujeitos a cair no erro; David Hume revela assim a sua faceta cética, nomeadamente um ceticismo metafísico.

**Em que argumentos se apoia David Hume para justificar**

**a tese que defende?**

David Hume apoia-se em dois argumentos.

* O primeiro argumento consiste no seguinte: todos os nossos pensamentos ou ideias resultam de impressões; até mesmo as ideias mais compostas, que parecem à primeira vista afastadas das impressões (como por exemplo a ideia de Deus), são derivadas ou decompostas em ideias simples, que por sua vez são copiadas de impressões (sentimentos ou sensações). Por exemplo a ideia de Deus como um ser infinitamente inteligente, sábio e bom deriva da associação e maximização das ideias de inteligência, bondade e sabedoria, que por sua vez se baseiam em impressões que se referem ao conhecimento e à bondade (à experiência que o homem tem quanto à sua inteligência, quando conhece alguma coisa ou quando pratica boas ações).

* O segundo argumento é o seguinte: Se alguém tiver um defeito em algum órgão sensível, como por exemplo ser cego ou surdo, não experimenta as sensações ou impressões ligadas a essas funções sensoriais, tendo como consequência a impossibilidade de formar as ideias correspondentes. Por exemplo, um cego ao não ver um malmequer, não pode ter a ideia de um malmequer. Este problema deixa de existir para o cego se ele recuperar a visão. Mas se, por outro lado, não tivermos qualquer deficiência sensorial e um certo objeto nunca nos tiver sido dado à experiência, também sobre ele não temos qualquer ideia. Se nunca tivermos tido a impressão de um malmequer, não nos podemos recordar dele.

**Ideias simples e complexas**

Todas as nossas ideias têm origem empírica por duas razões: porque são cópias diretas das impressões, que são ideias simples; e porque o nosso pensamento recorre à imaginação para combinar ideias simples, formando ideias complexas.

As ideias simples constituem a memória, enquanto as ideias complexas constituem a imaginação. Por exemplo, nunca observámos qualquer cavalo alado, mas formamos essa ideia complexa a partir das ideias simples de cavalo – que consiste na memória de ver cavalos – e de coisa com asas – que consiste na memória de ver coisas com asas. Mais uma vez, as primeiras são mais intensas e vivazes do que as segundas: a memória, ou ideia simples de cavalo é mais intensa e vivaz do que a imaginação, ou ideia complexa, de cavalo alado.

 Assim, Hume conclui que todas as nossas ideias são uma espécie de imagens mentais, cuja origem está nas nossas impressões e que mesmo as ideias mais complexas têm origem na experiência.

Conteúdo mental: **Perceções**

Sentimentos internos (emoções e desejos).

Sensações externas (auditivas, visuais, tácteis, olfativas e gustativas).

**Complexas** (imaginação: ideia de cavalo alado, etc.)

**Simples** (memória: ideia de cavalo, de coisa com asas, etc.)

**Ideias:** São cópias das impressões, Com menos força e vivacidade.

**Impressões:** Caracterizam-se pela sua força e vivacidade.

**Tipos ou modos de conhecimento**

**Questões de facto e relações de ideias:**

 Todas as nossas ideias têm uma origem empírica, o que significa que, para Hume, não há conhecimento a priori sobre o mundo. **Todo o conhecimento acerca do mundo é a posteriori**. Hume diz, por exemplo, que nenhuma pessoa conseguiria descobrir as propriedades explosivas da pólvora apenas através do pensamento. Mas o que dizer de afirmações como «o dobro de dois é igual à metade de oito»? Não podemos saber isso apenas através do pensamento? Sim, concede Hume, **só que isso nada nos diz sobre o mundo**. Vejamos porquê.

 Hume defende que **todo o nosso conhecimento, tudo o que podemos afirmar, se refere a questões de facto ou a relações de ideias**. O que distingue o conhecimento ou as afirmações sobre questões de facto do conhecimento ou das afirmações sobre relações de ideias? A resposta é a seguinte:

**- Negar uma afirmação sobre questões de facto não implica uma contradição.**

**- Negar uma afirmação sobre relações de ideias implica uma contradição.**

 Por exemplo, apesar de ser muitíssimo provável que o sol irá nascer amanhã ou que a escola estará no mesmo sítio, é logicamente possível que isso não aconteça. Portanto, afirmar que o sol não irá nascer amanhã ou que a escola não estará no mesmo sítio em que a deixámos na véspera, não implica qualquer contradição da nossa parte. O mesmo não acontece se afirmarmos que cinco vezes três não é igual à metade de trinta. Isto sim, é algo logicamente impossível. Podemos conceber sem contradição que as paredes exteriores do bloco A da escola não são brancas, mas não podemos conceber sem contradição que num triângulo retângulo o quadrado da hipotenusa não é igual à soma do quadrado dos catetos.

As questões de facto também se distinguem das relações de ideias pelo seguinte:

**- As afirmações sobre questões de facto exprimem verdades contingentes.**

**- as afirmações sobre relações de ideias exprimem verdades necessárias.**

Uma verdade é contingente se sendo assim, poderia não o ser. Ou seja, se sendo verdadeira poderia ser falsa. Uma verdade é necessária se não poderia ser diferente do que é. Se sendo verdadeira não poderia ser falsa.

É uma verdade contingente que a Escola Básica e Secundária de Salvaterra de Magos se situa perto da Praça de Touros, pois poderia estar longe. Também é uma verdade contingente que Aristóteles foi o fundador da Lógica, pois poderia ter sido outro em vez dele. Mas é uma verdade necessária que um triângulo tem três lados, pois a ideia de um triângulo com outro número de lados é inconcebível.

Relações de ideias e questões de facto distinguem-se ainda pelo seguinte:

**- As verdades sobre relações de ideias são conhecidas de um modo a priori, basta-nos usar o pensamento para conhecê-las ou usar o raciocínio dedutivo para demonstrá-las. Disso são exemplo as verdades matemáticas.**

**- As verdades sobre questões de facto são conhecidas a posteriori, são dependentes da experiência, das impressões. Um facto só pode ser conhecido se ele resultar de uma impressão.**

Isto leva-nos a outra conclusão:

**- O conhecimento a priori das relações de ideias, apesar de absolutamente certo, não é acerca do mundo, não nos informa sobre este, pois a sua verdade é independente de qualquer observação do mundo.**

**- O conhecimento a posteriori das relações de facto, sendo apenas contingentemente certo, informa-nos no entanto sobre o mundo, sobre o que existe fora do pensamento, dizendo-nos como são as coisas do mundo.**

Em conclusão e sintetizando

Tipos ou modos de conhecimento

Sobre relações de ideias. Ex. 50x2 = 1000 / 10.

Sobre questões de facto. *Ex. Os corvos são negros.*

Negar uma informação sobre relações de ideias implica uma contradição.

Negar uma afirmação sobre questões de facto não implica uma contradição.

Verdades necessárias (não poderiam ter sido falsas)

Verdades contingentes (poderiam ter sido falsas)

Conhecidas a priori, só pelo pensamento.

Conhecidas a posteriori, a partir da experiência (impressões externas ou internas).

O conhecimento das relações de ideias é independente dos factos, é analítico, não nos dá nenhuma informação substancial do mundo.

Dá-nos informações sobre o que existe no mundo, sobre os seus factos e objetos.

**David Hume e a ideia de causalidade**

**Em que consiste a ideia de relação de causa-efeito ou de causalidade?**

 Consiste na ideia de conexão necessária entre acontecimentos, isto é, que sempre que, em certas condições, acontece A, acontece inevitavelmente B de tal maneira que A produz necessariamente B.

**Qual a posição de David Hume sobre a ideia de causalidade?**

 Segundo Hume, todo o conhecimento e raciocínios (indutivos) das questões de facto baseiam-se na relação de causa e efeito. O nosso conhecimento dos factos restringe-se às impressões atuais e às recordações de impressões passadas. No entanto, muitas vezes fazemos afirmações sobre o mundo que nos levam além da experiência imediata (ou passada). Eis alguns exemplos: O sol vai nascer amanhã; Todos os corvos são negros; Esta barra de metal dilatou por causa do calor. Todas estas afirmações referem-se a questões de facto, pelo que Hume considera que são verdades contingentes, conhecidas *a posteriori*. Ora, dizer que o sol vai nascer amanhã é afirmar algo que não foi observado. E também não podemos observar os corvos todos. Finalmente, com base apenas nos sentidos, só podemos ver que a barra de metal dilatou e que está quente – mas não que dilatou **por causa** do calor. Em qualquer destes casos, estamos a ir além da experiência. Isso só é possível através do raciocínio indutivo (que nos permite generalizar e prever a partir de casos semelhantes no passado e presente) e da utilização da ideia de causalidade (que julgamos refletir uma relação de conexão necessária entre acontecimentos, como por exemplo entre o calor – causa – e a dilatação da barra de metal – efeito).

**Mas será que podemos justificar esta relação de causalidade?**

Há duas possibilidades: a relação de causa-efeito pode ser conhecida *a priori* ou baseia-se inteiramente na experiência (*a posteriori*). Ora, segundo Hume, esta relação não pode ser conhecida *a priori*. Se fosse possível saber *a priori* que certos factos têm o poder de causar outros, poderíamos antecipar, sem nunca ter visto algo semelhante, que o impacto de uma bola de bilhar noutra bola de bilhar produz o movimento da segunda. No entanto, sem experiência não é possível saber nenhuma destas coisas.

Estará então a experiência em condições de justificar a relação de causa-efeito? A experiência apenas pode revelar entre dois acontecimentos uma sucessão temporal e conjunção constante e nada permite afirmar que o primeiro tenha realmente poder ou energia para produzir o segundo. Portanto, o conhecimento da relação de causa-efeito não pode ser obtido a priori nem a posteriori.

 Segundo Hume, esta ideia forma-se na mente do sujeito em consequência de um hábito, que é fruto da associação que se verifica na sua mente entre as ideias correspondentes aos acontecimentos observados e não algo que descubramos nas próprias coisas. Assim, David Hume diria que, em bom rigor, quando pomos a água ao lume, «não sabemos que a água vai aquecer, ainda que esse facto seja possível ou muito provável até». Em tal caso, não temos um saber, mas apenas uma crença ou suposição, e isto porque não existe qualquer justificação, estritamente racional (a priori) ou empírica (a posteriori), para a nossa crença na existência de relações causais. É o hábito baseado em repetições passadas, em que sempre que um fenómeno ocorria, um outro se lhe seguia, que nos leva a crer, isto é, a ter a tendência psicológica para formar a expetativa de que um é causa e o outro efeito. Com base no hábito (psicológico) e não na razão ou nos próprios objetos, acreditamos na igualdade futura dos acontecimentos. No entanto, não temos nenhum conhecimento direto do que seja a conexão necessária dos fenómenos, pelo que as inferências feitas desse modo são apenas provavelmente verdadeiras. **A ideia de causalidade não é senão uma ficção, uma ilusão, uma criação subjetiva ou psicológica da mente humana.**

 Ao contrário de David Hume, os filósofos racionalistas consideravam que existe uma relação causal entre acontecimentos, isto é, uma conexão necessária entre acontecimentos que faz com que à ocorrência de um deles se siga sempre necessariamente a ocorrência do outro. Mas, segundo Hume, é impossível pela mera análise de um acontecimento, tido como causa, descobrir os supostos efeitos a que dá origem (Adão nunca poderia a priori, isto é, anteriormente à experiência, saber que a água afoga) e, portanto, a ideia de relação causal não tem um fundamento racional e não pode ser necessária. Mas também não tem fundamento na experiência. Para que a ideia de relação causal tivesse fundamento na experiência, teria de haver uma impressão correspondente, uma vez que todas as ideias derivam e correspondem às impressões. No entanto, a experiência não nos dá qualquer impressão correspondente à ideia de uma conexão necessária, mostra-nos apenas a existência de uma conjunção constante ou sucessão temporal de acontecimentos. Temos a impressão do acontecimento A e, seguidamente, do acontecimento B. Portanto, a ideia de conexão necessária não tem um fundamento na razão nem na experiência. Ela é o resultado do mecanismo psicológico do hábito ou costume. O hábito de vermos um dado acontecimento ser seguido por outro leva-nos a crer que existe uma conexão necessária entre esses acontecimentos. Por conseguinte, a ideia de relação de causa e efeito é o produto de uma tendência psicológica (da subjetividade humana) e não temos razões para afirmar que tem correspondência na realidade objetiva.

**Assim, em jeito de conclusão, a posição de Hume sobre a ideia de causalidade é a seguinte:**

 Ao observarmos repetidamente uma conjunção constante entre certos acontecimentos ou objetos, gera-se em nós a **expectativa** de que o mesmo ocorra inevitavelmente no futuro. Isso leva-nos a pensar que há uma conexão necessária (causalidade). Assim, a nossa crença de que há uma conexão necessária decorre simplesmente do **hábito**, que é uma espécie de sentimento ou disposição interna. É o hábito que leva a nossa mente a **projetar** no mundo a conexão necessária entre causa e efeito. Esta é uma conexão que não existe na realidade, mas apenas na nossa mente (como **tendência psicológica**). «expectativa», «hábito» e «projetar» são todos termos psicológicos. Portanto, a causalidade, que supostamente nos permite compreender muito do que acontece no mundo não passa de uma ilusão ou ficção.

**Esclareça o que distingue o empirismo de Hume do racionalismo de Descartes.**

**1 —A origem do conhecimento.**

 Descartes considera que a experiência, dados os erros dos sentidos, não pode ser fonte credível de conhecimentos, melhor dizendo, as suas informações não podem constituir (dado que muitas vezes são enganadoras) crenças básicas que possam conduzir a outros conhecimentos. O saber constrói-se com base em ideias inatas e, desde que siga um método correto e Deus garanta o normal funcionamento da nossa razão, podemos alcançar verdades objetivas (claras e distintas) sobre o mundo. Esta rejeição dos sentidos é uma convicção fundamental de Descartes e marca a sua orientação claramente racionalista inspirada no modelo dedutivo das matemáticas.

 Para Hume, todas as ideias têm uma origem empírica. Todos os nossos conteúdos mentais são perceções. Estas são de dois tipos: impressões e ideias. As nossas ideias são cópias das nossas impressões e por isso não há ideias inatas.

**2 —A possibilidade do conhecimento.**

 Partindo de um ceticismo metódico, Descartes liberta a razão da dependência em relação à experiência e, tornando o seu funcionamento dependente da garantia de Deus, conclui que podemos alcançar conhecimentos verdadeiros (claros e distintos) acerca do mundo. Para Hume, o critério de verdade do nosso conhecimento é este: um conhecimento, uma ideia, só é válido se pudermos indicar a impressão ou impressões de que deriva. A toda e qualquer ideia tem de corresponder uma impressão sensível. Se não há correspondência, há falsidade. Criticando a fé cega no poder da razão quanto ao conhecimento do mundo e do que transcende a natureza, Hume argumenta contra os racionalistas que o conhecimento científico não é como o conhecimento matemático, não o podendo ter como modelo: não é um conhecimento puramente demonstrativo, mas procede da experiência.

Quanto à objetividade das leis naturais defendida por pensadores não racionalistas como Locke e Newton, o filósofo escocês argumenta que qualquer generalização, baseando-se em factos passados e pretendendo valer para o que ainda não foi objeto de experiência, é incerta. Nada podemos saber acerca do futuro porque nada nos garante que o futuro seja semelhante ao passado. Não há conhecimento, propriamente falando, do que ultrapassa a nossa experiência atual ou passada: o que aconteceu não serve como fundamento seguro da previsão do que ainda não aconteceu.

Ceticismo? Sim, no sentido em que o nosso conhecimento não é certo e seguro. Mas uma coisa é o valor científico dos nossos conhecimentos e outra a sua utilidade prática e vital: sabemos que os nossos «conhecimentos científicos» são mais pretensão e desejo de segurança do que saber, mas não podemos viver sem essas sábias ilusões.

**3 — Os limites do conhecimento.**

 Descartes afirma que a razão apoiada na veracidade divina e nas ideias inatas pode conhecer a realidade na sua totalidade ou, melhor dizendo, os princípios gerais de toda a realidade: Deus, alma (cogito) e mundo são realidades que podem ser conhecidas.

 Para Hume, as impressões sensíveis são, não só o critério de verdade do conhecimento humano, mas também o seu limite. Não tendo outra base que não as impressões ou sensações, o nosso conhecimento está limitado por elas: não posso afirmar nenhuma coisa ou realidade da qual não tenho qualquer impressão sensível (como, por exemplo, Deus).

**4— Ciência e metafísica**

 Em Descartes, temos uma fundamentação metafísica da ciência, isto é, uma fundação baseada em realidades metafísicas tais como Deus e cogito (mas sobretudo Deus, que é o verdadeiro pilar do sistema científico que Descartes se propôs construir).

 Segundo Hume, não podemos afirmar a existência de qualquer fundamento metafísico do saber.